

A incorporação de mecanismos de mitigação desde a concepção dos empreendimentos foi apontada como caminho para aumentar a resiliência climática e atrair capital para obras de longo prazo.



Da esq. para a dir.: Marcelo Torres, Claudia Prates, Natalia Dias e Leandro Marin

A adaptação às mudanças climáticas começa antes da execução das obras. Incorporar a gestão de riscos ainda na estruturação dos projetos foi apontado por especialistas como um dos principais caminhos para ampliar a capacidade de financiamento da infraestrutura e reduzir os impactos econômicos provocados por eventos extremos.

A avaliação foi feita durante o painel "Desafios da Universalização do Saneamento: como a garantia do acesso contribui para a agenda climática", realizado nesta terça-feira, 4 de agosto, durante o evento Brasil 2030: Economia, Clima e Competitividade, na sede da Times Brasil, em São Paulo.

Para Claudia Prates, diretora de Sustentabilidade da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), o seguro deve fazer parte da estruturação dos projetos desde o início, contribuindo para identificar, mitigar e transferir riscos antes mesmo da captação dos recursos.

"A CNseg vem trabalhando em maior proximidade com o setor produtivo para mostrar que o setor faz gestão de

riscos. Quando você olha a matriz de riscos de um projeto, identifica onde o seguro pode diminuir essa exposição. Com isso, é possível fazer uma análise do risco do projeto e trazer seguros que contribuam para mitigá-lo e torná-lo mais bancário", afirmou.

Claudia acrescentou que gostaria de ver os bancos reconhecendo o seguro como um instrumento de mitigação de riscos, refletindo essa proteção inclusive nas condições de financiamento dos projetos. Na avaliação da diretora, essa atuação integrada entre seguradoras, empresas, financiadores e poder público permite incorporar mecanismos de proteção desde a fase de planejamento, tornando os empreendimentos mais resilientes e reduzindo incertezas para investidores.

A diretora também chamou atenção para o avanço das discussões sobre mecanismos de proteção contra desastres e para a necessidade de fortalecer instrumentos que permitam ampliar a cobertura diante do aumento da frequência e da intensidade dos eventos climáticos.

A necessidade de estruturar projetos mais robustos também apareceu na fala de Leandro Marin, vice-presidente regional da Aegea. Segundo ele, o interesse do mercado por infraestrutura existe, mas transformar esse potencial em investimentos depende da qualidade técnica das modelagens. "Existe uma demanda enorme, no Brasil e no exterior, por alocação de capital em projetos de infraestrutura. O que falta são bons projetos e boas modelagens", afirmou.

De acordo com o executivo, a universalização do saneamento depende da capacidade de reunir diferentes atores em torno de contratos de longo prazo. Além de operadores e investidores, esse processo envolve financiadores, órgãos de controle, poder público e a própria sociedade, exigindo diálogo permanente durante toda a execução dos empreendimentos.

Na sequência, Natalia Dias, diretora-executiva e diretora-chefe da Divisão de Sustentabilidade do IDB Invest, destacou o papel das instituições multilaterais na preparação dos projetos e na mobilização de recursos para ampliar investimentos em infraestrutura. "O saneamento conecta três áreas muito relevantes: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e agenda climática. Por isso, é uma prioridade para o grupo BID", afirmou.

Para Natalia, a atuação do banco começa antes da etapa de financiamento. Além da concessão de

crédito, as instituições multilaterais apoiam governos e operadores na estruturação das concessões, na modelagem financeira dos projetos e na construção de mecanismos capazes de reduzir riscos para investidores.

A executiva destacou que o novo marco do saneamento abriu espaço para ampliar a participação do mercado de capitais no setor e citou operações conduzidas pelo BID para apoiar a universalização dos serviços. Entre elas estão garantias para parcerias público-privadas, financiamentos a operadores privados e a estruturação de emissões voltadas à agenda climática.

As discussões convergiram para um ponto comum: ampliar investimentos em infraestrutura diante das mudanças climáticas passa pela construção de projetos capazes de identificar riscos, distribuir responsabilidades e incorporar mecanismos de proteção desde sua concepção. Para os participantes, a combinação entre boa modelagem, instrumentos financeiros e gestão de riscos tende a ampliar a confiança dos investidores e aumentar a resiliência dos empreendimentos.

O evento na sede da Times Brasil integrou a programação da CNseg durante a Semana do Clima de São Paulo. Este foi o segundo dia de atividades da Confederação, cuja agenda contempla debates sobre financiamento climático, infraestrutura, ciência, agronegócio e gestão de riscos.

[»Confira a agenda completa aqui](#)

Fonte: CNseg, em 05.08.2026.